

Presidente manda o MEC fiscalizar os repasses do FNDE

BRASÍLIA — O Presidente Fernando Collor ordenará hoje o início da fiscalização sobre a aplicação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) — US\$ 278 milhões (Cr\$ 77,8 bilhões, no câmbio oficial) — que foram repassadas aos municípios, no ano passado. O Tribunal de Contas da União vem identificando irregularidades no repasse dos recursos a dezenas de municípios e aprovou, em agosto do ano passado, a realização de uma auditoria operacional no FNDE, para avaliar até que ponto é eficiente o controle mantido pelo Ministério da Educação sobre os convênios. O Diretor Geral do FNDE, Edson Collares, afirma que as fraudes são generalizadas e resultam da falta de fiscalização dos recursos.

No despacho que fará hoje no Ministério da Educação, Collor vai sortear o primeiro grupo de mil municípios que será fiscalizado pelo MEC. O trabalho será executado em etapas, devido à falta de recursos materiais e humanos do Ministério. A fiscalização — coordenada pelas Delegacias Regionais, com a participação de universidades federais e de escolas técnicas federais — vai verificar em cada município se o dinheiro liberado pelo FNDE foi realmente aplicado em projetos educacionais, como construção e restauração de escolas, ou desviado para outros fins.

O FNDE é financiado em 80% pelos recursos do salário-educação, formado pela contribuição de empresas urbanas (2,5% da folha de pagamento) e rurais (0,8% do valor comercial dos produtos rurais). No ano passado, o FNDE contou com Cr\$ 234 bilhões; para 1991, o Fundo tem um orçamento de Cr\$ 294 bilhões. Dois terços dos recursos do FNDE são repassados aos Estados e um terço fica com os municípios que apresentaram ao MEC projetos na área de educação.

Para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro entre os Estados, o MEC privilegia os municípios dos Estados mais pobres na distribuição de recursos do FNDE. Por coincidência, foram justamente nestes municípios que surgiram as maiores fraudes:

— As fraudes ocorrem principalmente no Nordeste. Nos Estados do Sul, não há maiores problemas. De Brasília para cima, a fraude é generalizada — afirma Edson Collares, com base nas primeiras irregularidades constatadas.

O Tribunal de Contas identificou fraudes em recursos repassados de 1985 a 1989. Em agosto do ano passado, o Ministro do TCU Marcos Vilela aprovou a realização da auditoria operacional no FNDE, na tentativa de evitar novas fraudes.